

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: A Crítica Class.: Constituição / RevisãoData: 15/02/94 Pg.: 33

Garcia nega 'lobby' contra demarcações

O vice-governador do Estado, Francisco Garcia (PFL) negou ontem que existem um *lobby* de empresário junto ao Congresso Nacional tentando alterar o Artigo 231 da Constituição de 1988 que reconhece o direito originário dos índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas por essas populações. Garcia, que é presidente da Federação das Indústrias (FIAM) questiona, entretanto, a forma de demarcação das reservas indígenas e o dimensionamento dado a elas. O empresário defende a consulta às lideranças regionais. "O que queremos é influenciar nas decisões", diz ele.

Há quatro dias, presidente de nove federações de indústrias da Amazônia, parlamentares das bancadas regionais e o ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Rubens Ricúpero, reuniram-se em Brasília, num encontro batizado "Ação Pró-Amazônia" para discutir, entre outros temas a questão das terras indígenas. Nessa mesma data, a Comissão das Organizações Indígenas Brasileiras (Coiab) divulgou nota pedindo apoio da população para manter, na revisão constitucional, o capítulo sobre os povos indígenas. A Coiab denuncia que

os índios brasileiros estão ameaçados pela ação de setores economicamente poderosos que querem reduzir as reservas e impedir que novas áreas sejam demarcadas.

Para o vice-governador do Amazonas, as riquezas minerais encontradas em territórios indígenas "não estão congeladas nem impedidas de serem exploradas". Francisco Garcia cita o parágrafo terceiro do Artigo 231 da Constituição para reforçar seus argumentos — "o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com a autorização do Congresso Nacional". "Nos parece que falta é vontade política para explorar essa riqueza dentro da norma legal, preservando o direito das comunidades indígenas de usufruir dela", avalia o empresário. Garcia acha que existe, nos últimos anos, um superdimensionamento das reservas indígenas e prega um reestudo de algumas áreas já demarcadas. Sugere ainda "uma discussão democrática" envolvendo índios, governo, empresários e representantes dos segmentos da sociedade organizada.